

estrangeiros — só a estrangeiros ou a nacionais associados a estrangeiros, como declarou o diretor dessa empresa estatal ao *Correio da Manhã*, em 16 de setembro de 1970".¹⁴⁵

O Brasil possui 15% das reservas mundiais de ferro, mas apenas 13% das jazidas do quadrilátero ferrífero de Minas Gerais pertencem a empresas brasileiras; a Bethlehem Steel, através do chamado Grupo Antunes, detém a maior parte, acompanhada pela Hanna; a exportação vem sendo largamente subsidiada. O alumínio pertence em grande parte à Kayser. O bário baiano é controlado por outra empresa norte-americana; o tungstênio é explorado pela Wah Chang; o berilo é dominado pelas empresas norte-americanas Beryllium e Beryllium Brush; o magnésio, pela Magnesium do Brasil S. A.; o chumbo é explorado pelas empresas norte-americanas Plumbum S. A. e Prest-o-lite; o amianto e a crisólita, pelas Brasilit e Eternit, que nada têm de brasileiras. As jazidas de manganês estão, na maioria, nas mãos da Companhia Meridional de Mineração, pseudônimo da United States Corp., que explora as jazidas de Minas, de Mato Grosso e da Bahia; as do Amapá pertencem à Bethlehem, em concessão cujo fim contratual é previsto para o ano de 2003. O estanho e o zinco são controlados, igualmente, por monopólios estrangeiros. Operavam no Brasil, até 1967, os grandes consórcios internacionais Bethlehem Steel, United States Steel, Union Carbide, Niobium, Hanna Ore Mining, Republic Steel, Cleveland Cliffs Iron, Wah Chang, e muitos outros menores. O sal-gema nordestino foi entregue à Dow Chemical, cujo renome, em termos mundiais, deriva da produção de *napalm*, com que vêm sendo devastadas imensas áreas do Vietnã. Em 1972, o chamado Grupo Antunes, pseudônimo da Bethlehem Steel, constituía "um dos maiores conglomerados de empresas brasileiras — a Minerações Brasileiras Reunidas — primeira empresa a ter aprovado seu processo

¹⁴⁵ Deputado Florim Coutinho: discurso na Câmara dos Deputados, em junho de 1972. O parlamentar acrescentava: "Não somente se lhes entregam as minas, mas o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico lhes empresta dinheiro, com a cláusula de risco liberado, isto é, sem obrigação de saldar 80% do débito se a mineração não render o esperado. Jamais, em parte alguma e em tempo algum, o capital estrangeiro recebeu iguais favores". Essa acusação do parlamentar era secundada, com fato concreto, pela do industrial Francisco Pignatari, informada pelo *Jornal do Brasil*, Rio, 24 de agosto de 1972, e formulada na Câmara: "Por não ter concordado com o Ministro das Minas e Energia, Sr. Dias Leite, em abrir o capital da Caraíba Metais a grupos estrangeiros, venho sofrendo toda sorte de entraves para a implantação definitiva dessa empresa". A acusação é do industrial Francisco Pignatari, presidente da Caraíba, em depoimento prestado ontem na Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados. O Sr. Francisco Pignatari inclui também o Banco do Nordeste do Brasil, a Companhia de Pesquisas e Recursos Minerais (CPRM) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), entre os organismos governamentais que vêm prejudicando o trabalho de instalação da Caraíba Metais, no Estado da Bahia. O capital da empresa é de Cr\$ 500 milhões".